

HABEAS CORPUS Nº 492.969 - PE (2019/0039963-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ANDERSON WANDERLEY NASCIMENTO DE OLIVEIRA
(PRESO)
PACIENTE : MARCOS ANTONIO DIAS DE ANDRADE (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de ANDERSON WANDERLEY NASCIMENTO DE OLIVEIRA e de MARCOS ANTONIO DIAS DE ANDRADE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que denegou a ordem no julgamento do HC n. 0005170-75.2018.8.17.0000 (e-STJ fls. 86/90), assim ementado:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. ALEGAÇÃO SUPERADA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. FEITO NA FASE DAS ALEGAÇÕES FINAIS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 52 DO STJ. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Estando o feito na fase das alegações finais e, portanto, encerrada a instrução processual, não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo. Inteligência da Súmula nº 52 do STJ.

II - Ordem denegada. Decisão unânime.

Notícia a Defensoria Pública que os pacientes, presos em flagrante no dia 12/9/2016 e convertidas as custódias em preventivas (e-STJ fls. 51/52), foram denunciados pela suposta infringência ao art. 121, § 2º, II, do Código Penal (denúncia às e-STJ fls. 34/36).

Irresignada com o tempo de prisão cautelar, a defesa impetrou *writ* na Corte local, cuja ordem, como antes relatado, foi denegada (e-STJ fls.86/90). Esta é a decisão impugnada.

Nas razões do presente *mandamus* (e-STJ fls. 1/5), a Defensoria Pública sustenta haver constrangimento ilegal por excesso de prazo nas prisões cautelares porquanto os pacientes estão segregados há mais 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses e a demora no andamento do processo não se deve a causas atribuíveis à defesa. Aduz que está evidenciado cumprimento antecipado da pena, o que não é admitido pelo ordenamento jurídico.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação das prisões preventivas, com a expedição de alvarás de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, inclusive porque o Tribunal local consignou que a instrução processual está encerrada.

Nesse contexto, é consabido que *O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. (Precedentes do STF e do STJ)* (RHC 62.783/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 01/09/2015, DJe 08/09/2015)

Não obstante os razoáveis e relevantes fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e das **informações** a serem prestadas pelas instâncias originárias, para se aferir a

existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo desta impetração.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência, informações ao Juiz de primeiro grau, inclusive com o envio de senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator